

Relatório e Contas - CEBE 2018	2
Balanco - CEBE 2018	22
Demonstração de Resultados - CEBE 2018	23
Anexo ao Balanço e à DR - CEBE 2018	24

RELATÓRIO E CONTAS



2018



COOPERATIVA DE ENSINO DE BENFICA, C.R.L.

Índice

1. Acção pedagógica e formativa	4
1.1 Alunos inscritos	4
1.2 Paralelismo pedagógico	4
1.3 Atividades letivas	4
1.4 Atividades extra curriculares.....	5
1.4.1 Horário extensivo.....	5
1.4.2 Mini-orquestra.....	5
1.4.3 Guitarra	5
1.4.4 Piano	5
1.4.5 Karaté.....	6
1.4.6 Dança	6
1.4.7 Ballet	6
1.4.8 Coro	6
1.4.9 Oficina de Teatro.....	6
1.4.10 Informática	6
1.4.11 Xadrez.....	6
1.4.12 Música para bebés	6
1.4.13 Atividades nas férias escolares	7
1.4.14 Praia	8
1.4.15 Festas.....	8
1.4.16 Semana de campo.....	8
1.4.17 Outras atividades.....	8
1.5 Formação.....	9
2. Estrutura administrativa e pedagógica	10
2.1 Coordenação	10

2.2 Funcionários docentes e não docentes.....	10
2.2.1 Contratações/demissões.....	10
2.2.2 Atual quadro de funcionários	11
2.3 Apoio informático	12
2.4 Apoio jurídico	12
3. Material didático, equipamento e obras.....	12
3.1 Material didático	12
3.2 Equipamento informático	13
3.3 Obras	13
4. Apoios financeiros	13
5. Análise dos resultados e dos recursos próprios	13
5.1 Proveitos	14
5.1.1 Vendas de mercadorias e produtos.....	14
5.1.2 Prestação de serviços	14
5.1.3 Outras receitas.....	15
5.2 Custos.....	15
5.2.1 Compras.....	15
5.2.2 Fornecimentos e serviços externos	15
5.2.3 Custos com pessoal	16
5.2.4 Outros custos operacionais	18
5.3 Resultado da exploração e conclusões finais.....	18
6. Proposta para aplicação dos resultados	19

1. Acção pedagógica e formativa

1.1 Alunos inscritos

No corrente ano letivo, a 31 de Dezembro de 2018, encontravam-se inscritos 159 alunos, distribuídos da seguinte forma:

Infantário		Pré-escolar		1.º ciclo	
Sala A	8	3 anos	21	1º ano	15
Sala B	9	4 anos	15	2º ano	17
Sala C	16	5 anos	16	3º ano	20
				4º ano	22
Sub-total	33	Sub-total	52	Sub-total	74

TOTAL 159

1.2 Paralelismo pedagógico

Na sequência da publicação do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Decreto-Lei nº 152/2013, de 4 de novembro), foi eliminada a distinção entre estabelecimentos de ensino com paralelismo ou autonomia pedagógica. No âmbito do seu projeto educativo, todas as escolas do ensino particular e cooperativo gozam de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

1.3 Atividades letivas

O ano letivo 2017/2018 terminou em 22 de Junho de 2018, tendo-se iniciado em 10 de Setembro de 2018, o ano letivo 2018/2019, abrangendo o 1.º ciclo, pré-escolar e creche.

O horário do 1º ciclo manteve-se das 9 h às 13 h e das 14h30 às 16 h, às 2ª, 4ª e 6ª feiras e às 3ª e 5ª-feiras, termina às 17h30, para cumprir com as orientações curriculares da DGAE (estudo acompanhado).

Todos os alunos da CEBE, Pré-escolar e 1.º Ciclo têm Música, Movimento e Drama e Educação Física. O Inglês faz parte do currículo a partir dos 4 anos.

Para esta atividade contamos com o apoio da Professora Sónia Santos, sendo as aulas durante o horário letivo.

No 1.º ciclo manteve-se, fora do horário letivo, a disciplina de Educação Moral e Religiosa, para os alunos cujos pais declararam no boletim de matrícula pretender que os seus filhos frequentem esta disciplina.

O tema condutor do trabalho letivo no ano 2018/2019 é “O Baú das Descobertas”.

1.4 Atividades extra curriculares

1.4.1 Horário extensivo

No ano letivo em curso, as atividades do horário extensivo, definido este como um sector pedagógico autónomo, decorrem sob a responsabilidade das vigilantes Laura Neto, Edgar Reis, Jessica Silva.

1.4.2 Mini Orquestra

O atelier «Mini Orquestra», destinado aos alunos do pré-escolar (3, 4 e 5 anos), é da responsabilidade do Professor Miguel Cameirão, sendo frequentado por 19 alunos. No ano letivo de 2017/2018 tinha sido frequentado por 24 alunos.

1.4.3 Guitarra

Manteve-se o atelier de «guitarra» também da responsabilidade do Professor Miguel Cameirão com a frequência de 7 alunos do 1.º ciclo. No ano letivo 2017/2018 tinha sido frequentado por 11 alunos.

Esta atividade continua aberta aos sócios.

1.4.4 Piano

A atividade é da responsabilidade do Professor Miguel Cameirão e é frequentada por 12 alunos dos 5 aos 10 anos. No ano letivo 2017/18 estiveram inscritos 5 alunos.

1.4.5 Karaté

Em 2018/2019 o Sensei Rui Rafael Loureiro é o responsável por esta atividade, que é frequentada por 2 alunos do Pré escolar, 17 do 1.º ciclo e 2 alunos externos.

No ano letivo 2017/2018 foi frequentado por 3 alunos do pré-escolar e 14 alunos do 1.º ciclo.

1.4.6 Dança

A oficina de dança criativa foi em 2017/2018 da responsabilidade da professora Andreia Lemos, da escola de dança “*Dance Spot*”, tendo frequentado a atividade 13 alunos do pré-escolar e 14 alunos do 1.º ciclo. No ano de 2018/2019 não foi efetuada esta atividade.

1.4.7 Ballet

Esta atividade é da responsabilidade da Professora Andreia Lemos, da escola de dança “*Dance Spot*”, sendo frequentada por 3 alunos dos 5 anos e 9 do 1.º Ciclo. Em 2017/2018 foi frequentada por 5 alunos do Pré-escolar e 9 do 1.º ciclo.

1.4.8 Coro

Esta atividade é da responsabilidade do Professor Miguel Cameirão, sendo frequentada por 3 alunos do Pré-escolar e 24 do 1.º Ciclo. Em 2017/2018 foi frequentada por 5 alunos dos 5 anos e 29 do 1.º ciclo.

1.4.9 Oficina de teatro

Esta atividade é da responsabilidade do Professor Miguel Cameirão. Neste ano letivo é frequentada por 9 alunos do 1.º ciclo. Em 2017/2018 foi frequentado por 4 alunos do pré-escolar e por 5 alunos do 1.º ano.

1.4.10 Informática

Esta atividade teve início em 2018/2019, sendo da responsabilidade da Educação XXI e frequentada por 8 alunos do Pré-escolar e 9 do 1.º ciclo.

1.4.11 Xadrez

Esta atividade teve início em 2018/2019, sendo da responsabilidade do Professor Hugo Saraiva e frequentada por 5 alunos do Pré-escolar e 13 do 1.º ciclo.

1.4.12 Música para bebés

Esta atividade é da responsabilidade do Professor Miguel Cameirão e é frequentada por 22 alunos do Infantário. Em 2017/2018 foi frequentada por 21 alunos das mesmas idades.

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	Nº ALUNOS	
	2017/2018	2018/2019
Mini Orquestra	24	19
Guitarra	11	7
Piano	5	12
Karaté	17	21
Ballet	14	12
Coro	34	27
Oficina de Teatro	9	9
Informática	n.a.	17
Xadrez	n.a.	18
Música para Bebés	21	22
Total	135	164

1.4.13 Atividades nas férias escolares

Durante as férias de Natal, da Páscoa e do Verão, os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo que frequentaram a CEBE desenvolveram atividades especialmente programadas para estes períodos. Desta programação foi dada notícia através de comunicação escrita aos pais e as inscrições feitas através de formulários próprios. Os ateliers desenvolvidos nestes períodos foram:

- No 1º Ciclo – Jogos de Tabuleiro, Rádio, Robótica, Olaria, Hip Hop, Jogos de Tabuleiro, Jumping Clay, Capoeira, Construção de Instrumentos, Culinária, Construção de Brinquedos, Teatro musical, Histórias com música, Pintura em tecido, Introdução à defesa pessoal, Futebol e Arte Portuguesa em Azulejo.
- No Pré-Escolar – Teatro Musical, Jumping Clay, Arte Portuguesa em Azulejo, Histórias com Música, Hip Hop, Jogos de Tabuleiro (5

anos), Pintura em Tecido, Yoga, Robótica, Olaria, Capoeira, Culinária e Tai Chi

1.4.14 Praia

Realizou-se uma quinzena de praia para os alunos do pré-escolar, de 18 a 29 de junho e para os alunos do 1.º ciclo, uma semana de 25 a 29 de junho.

1.4.15 Festas

As festas realizadas ao longo do ano são um importante elo de ligação entre a CEBE e os pais/educadores, destacando-se:

- A festa de encerramento do ano letivo em 23 de junho;
- A festa de Carnaval, organizada em horário letivo, com desfile de máscaras;
- A festa do dia da Criança; Nariz Vermelho;
- A festa de Natal, realizada a 12 de dezembro no Auditório do Colégio São João de Brito. Foi apresentada a peça “Olha quem saiu do Baú” que contou com a participação das crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo, orientadas pelo corpo docente com o apoio do restante pessoal.

Os pais puderam também tomar contacto com as atividades extracurriculares através de aulas abertas.

1.4.16 Semana de campo

A semana de campo decorreu no Cadaval de 2 a 6 de Julho, com a participação de 73 crianças. Contou com a colaboração dos professores do 1.º ciclo, Miguel Cameirão, Celso Dionísio, da auxiliar Carla Ferreira e da Diretora pedagógica Helena Barros. Foi uma semana diferente, com um conjunto muito significativo de atividades que se refletiram num verdadeiro sucesso para as nossas crianças.

1.4.17 Outras atividades

Em 31 de Outubro realizou-se a 6ª edição da “Noite Assombrosa” destinado às crianças do 1º ciclo.

1.5 Formação

"Conflitos, castigos e consequências"

Entidade Formadora – CEBE

Formador – Cláudia Ribeiro

Sumário:

A importância da auto-estima no desenvolvimento infantil.

- A importância da Escuta Ativa e da comunicação na prevenção dos conflitos com as crianças.
- Castigos e consequências: diferenças e aplicação.
- Data – 29 de março de 2018
- Participantes – Pessoal auxiliar e Diretora Pedagógica

"Voz Educa"

Entidade Promotora - CEBE/Clinica Dasein

Formador – Sónia Lima

Sumário:

- Conhecimento da produção de voz normal vs patológica
- Identificação de fatores prejudiciais à saúde vocal
- Desenvolvimento de competências práticas de técnica vocal

Data – 9 de fevereiro de 2018

Participantes – 5 educadoras, 5 professoras 1º ciclo e Diretora Pedagógica.

Workshop de miúdos sem pressa

Entidade de Promotora: CEBE

Formadoras – Carla Pacheco

Sumário:

- Conhecer os princípios defendidos pelo movimento Slow Parenting e quais os seus benefícios
- Descobrir estratégias para incorporar estes princípios no dia a dia e nos diferentes conceitos da vida da criança.
- Explorar diferentes ferramentas de mind fulness.

Data – 24 De fevereiro de 2018

Participantes – 5 educadoras, 5 professoras de 1º ciclo e Diretora Pedagógica.

2. Estrutura administrativa e pedagógica

2.1 Coordenação

As funções de direção pedagógica da CEBE têm sido, tal como em anos anteriores, exercidas pela Educadora Helena Barros.

2.2 Funcionários docentes e não docentes

2.2.1 Contratações/demissões

Entradas:

- Contratação de Alberto da Freitas da Silva
- Contratação de Edgar Reis como vigilante
- Contratação de Ana Quental como vigilante.
- Contratação de Sandra Vieira como administrativa.

- Saída da vigilante Maria Tavares Pires.
- Saída da vigilante Sofia Lima.
- Saída da vigilante Ana Quental.
- Saída de Alberto da Freitas da Silva

2.2.2 Atual quadro de funcionários

Docentes e outros trabalhadores com funções pedagógicas	4 Professores do 1.º ciclo do ensino básico	Carla Almeida, Célia Charepe, Daniela Cabrita e Cremilda Rosamonte
	6 Educadoras	Ana Cristina Ferreira, Helena Barros, Maria Inês Henriques, Maria Lurdes Barbosa, Sónia Tomaz e Teresa Coelho
	1 Professor de educação física (regime de prestação de serviços)	Celso Dionísio
	1 Professor do 1º ciclo para música, movimento e drama e atividades extra-curriculares	Miguel Cameirão
	1 Professor de karaté (regime de prestação de serviços)	Rui Rafael Loureiro
	1 Professor de dança (regime de prestação de serviços)	Escola "DanceSpot" Andreia Lemos
	1 Professor de religião e moral (regime de prestação de serviços)	João Amaral
	1 Perfeita	Helena Pinheiro

Serviços de vigilância	14 Vigilantes	Carla Ferreira, Elisabete Farinha, Francisca Sanches, Laura Neto, Maria Clara Araújo, Maria Tavares Pires, Paula Carvalhais, Virgínia Franco, Paula Cristina, Sofia Lima, Andreia Nunes, Ana Quental, Edgar Reis e Palmira Leitão.
Serviço administrativo	1 Contabilista Certificado (regime de avença)	RTGeste
	1 Técnico de informática (regime de avença)	Nuno Monte
	2 Profissionais administrativos	Maria Antonieta Sandra Vieira

2.3 Apoio informático

O Gestor de Sistemas Nuno Monte, contratado em regime de avença, continua a dar apoio ao laboratório de informática, aos computadores e às impressoras da secretaria, bem como à rede informática de toda a CEBE.

2.4 Apoio jurídico

O apoio jurídico à CEBE passou a ser feito através de contratações pontuais de especialistas mediante as necessidades da Cooperativa.

3. Material didático, equipamento e obras

3.1 Material didático

Em 2018 foi adquirido o seguinte material:

- Alguns títulos novos para a biblioteca, que continuamos a dinamizar;
- Loiça e talheres para o refeitório;
- Material de desgaste diverso (tintas, lápis, papel);
- Jogos diversos;
- Catres.

3.2 Equipamento informático

A CEBE conta com 4 computadores nas salas do 1.º Ciclo, 2 na secretaria e um portátil para servir de apoio a atividades diversas, e o antigo da Dr.ª Helena, mais 1 portátil para a Direção Pedagógica.

3.3 Obras

Em 2018 as obras de conservação e reparação efetuadas foram as seguintes:

- Reparações no recreio - Campo de Jogos e Parque Infantil,
- Reparações na cozinha
- Reparações nas casas de banho.

4. Apoios financeiros

Em 2018 beneficiaram 24 sócios dos subsídios obtidos através da celebração de Contratos Simples e Contratos de Desenvolvimento.

5. Análise dos resultados e dos recursos próprios

Em 2018 a CEBE apresentou um resultado líquido negativo de 5.475,24€, sendo de 5.103,40€ antes de imposto e 371,84€ de imposto, verificando-se uma melhoria relativamente ao resultado negativo de 26.932,13€ registado em 2017.

A evolução das diversas rubricas que contribuíram para a obtenção do resultado líquido de 2018 consta do quadro seguinte:

CEBE - Cooperativa de ensino de Benfica, CRL

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

		Montantes expressos em EURO			
CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS	
			2018	2017	
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	9.2	781.695,80	785.947,59
-61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1	8.2	(5.337,85)	(6.282,12)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	13.2	(227.323,96)	(241.383,99)
-63	Gastos com o pessoal	-	13.4	(537.950,43)	(537.023,47)
-65+762	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	(1.549,50)	(14.093,66)
+78	Outros rendimentos	-	13.3	4.907,05	3.870,27
-68	Outros gastos	-	13.2	(5.265,16)	(3.511,46)
	Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		9.175,95	(12.476,84)
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6.2	(13.775,93)	(14.724,06)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(4.599,98)	(27.200,90)
+79	Juros e rendimentos similares obtidos	-			732,00
-69	Juros e rendimentos similares suportados	-		(503,42)	(2,02)
	Resultado antes de impostos	=		(5.103,40)	(26.470,92)
812	Imposto sobre o rendimento do período	-/+	11.2	371,84	461,21
	Resultado líquido do período	=		(5.475,24)	(26.932,13)

A melhoria verificada no resultado do ano deve-se essencialmente a uma redução dos gastos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos e na rubrica de imparidades. Todas as restantes rubricas registaram variações pouco expressivas.

5.1 Proveitos

Em detalhe, do lado dos PROVEITOS temos:

5.1.1 Vendas de mercadorias e produtos

Os valores destas contas estão relacionados essencialmente com: i) a compra e venda de livros e outros materiais escolares; ii) a compra e venda de equipamento escolar (bonés, t-shirts, sweatshirts); iii) e, a maior componente, com refeições mensais e avulsas servidas (extra mensalidade) e utilização do refeitório. No presente ano apresentou um decréscimo de 2.213,44€ (1,74%) face a 2017, com especial relevo a quebra de 3.039,34€ nas receitas com as refeições e utilização do refeitório derivado da redução de alunos.

5.1.2 Prestação de serviços

Esta rubrica, além dos valores das mensalidades e das inscrições para o ano letivo 2017/18, contém todos os restantes proveitos com serviços que a CEBE presta ao nível das diversas atividades extracurriculares. No ano em causa registou-se uma variação praticamente nula de 153,12€ (0,03 %) em relação ao ano anterior.

No tocante às mensalidades, o ano de 2018 fica caracterizado por uma redução de receitas, comparativamente com o ano anterior, em 5.625,15€, como resultado da redução do número de alunos.

Nas atividades extracurriculares, regista-se um aumento das receitas em 5.781,27€ (7,60%), como resultado do esforço realizado pela Direção de aumentar o leque de oferta aos associados.

5.1.3 Outras receitas

Esta rubrica teve uma redução em 2018 relativamente a 2017 de 4.200,75€ (7,94%) no resultado, influenciado pela redução de receitas com as renovações das inscrições

5.2 Custos

Destacamos ao nível dos CUSTOS:

5.2.1 Compras

Aquisição de materiais e equipamento diretamente relacionado com a rubrica de receita associada apresentou uma redução de 944,27€ (17,69%) relativamente ao ano anterior, em resultado da melhoria das margens.

5.2.2 Fornecimentos e serviços externos

Com recurso a uma política de controlo de custos foi possível reduzir os encargos com esta rubrica, relativamente ao ano anterior, em 9.876,03€ (4,90%).

As maiores variações sentiram-se nas rubricas de Conservação e Reparação (-2.255,10€), Eletricidade/Combustíveis/Água (-4.319,68€), rendas (-1.250,99€) e Atividades Letivas (-3.616,22€).

DESCR IÇÃO	TOTAL ANO			
	2018	2017	Desvio 2018 / 2017	
			Valor	%
CUSTOS				
Fornec. e Serviços Externos	191.870,99	201.747,02	-9.876,03	-4,90%
-Elect./Combust./Água	12.148,61	16.468,29	-4.319,68	-26,23%
-Actividades Lectivas	4.645,23	8.261,45	-3.616,22	-43,77%
-Actividades Administrativas	2.004,65	2.190,73	-186,08	-8,49%
-Rendas	41.964,40	43.215,39	-1.250,99	-2,89%
-Comunicação	2.533,45	2.342,92	190,53	8,13%
-Seguros	1.997,60	1.074,58	923,02	85,90%
-Honorários	18.361,90	19.286,37	-924,47	-4,79%
-Contencioso e Notariado	760,60	535,36	225,24	42,07%
-Conservação e Reparação	3.504,68	5.759,78	-2.255,10	-39,15%
-Publicidade e Propaganda	0,00	118,08	-118,08	-100,00%
-Limpeza, Higiene e Conforto	24.306,67	25.135,34	-828,67	-3,30%
-Farmácia	195,37	288,90	-93,53	-32,37%
-Vigilância e Segurança	609,48	828,04	-218,56	-26,39%
-Trabalhos Especializados	10.227,32	8.182,17	2.045,15	25,00%
-ICA (refeições)	68.012,09	67.410,98	601,11	0,89%
-Outros Fornecim e Serviços	598,94	648,64	-49,70	-7,66%

5.2.3 Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou uma variação positiva muito pouco significativa, do ano de 2017 para o ano de 2018, de 926,96€ (0,17%) em resultado da estabilidade do quadro de pessoal e do congelamento dos aumentos salariais.

A distribuição dos custos com pessoal pelas funções dos colaboradores é a seguinte:

Categoria	Quantidade		Ordenado médio	Total de custos	% custos com pessoal	% receitas do ano
	Final ano	Média ano				
Auxiliares	14	13,75	663,51	158.636,36	29,5%	20,2%
Directora Pedagógica	1	1,00	3.689,76	62.849,84	11,7%	8,0%
Educadoras	2	2,00	1.618,66	56.443,38	10,5%	7,2%
Professores 1.º ciclo	4	4,00	1.433,67	100.435,72	18,7%	12,8%
Professores Pré-Escolar	3	3,00	2.060,96	104.177,04	19,4%	13,2%
Prefossores AEC	2	2,25	493,94	29.127,23	5,4%	3,7%
Secretaria	2	1,92	951,39	26.280,85	4,9%	3,3%
Total	28,00	27,92		537.950,43	100%	68,4%

Nos professores de AEC apenas foram considerados os professores com vínculo contratual com a cooperativa, nomeadamente: o professor

de musica – Miguel Cameirão, o professor de Karaté – Rui Loureiro e o professor de Religião e Moral – João Amaral.



5.2.4 Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresenta uma variação significativa de 15.100,75€, em especial em resultado na redução nos gastos com imparidades de dívidas de clientes.

5.3 Resultado da exploração e conclusões

A CEBE apresenta um resultado negativo de 5.475,24€, representando uma melhoria de 21.456,89€ relativamente ao ano anterior.

Esta evolução resulta da redução no reconhecimento de imparidades de dividas de clientes (antigos alunos) – 14.858,22€, o que significa que de um ano para o outro a estrutura económica da CEBE manteve-se. Esta estrutura encontra-se deficitária em resultado do peso que a rubrica de gastos com o pessoal em relação ao total das receitas (68,4%) e da grande dificuldade em aumentar estas mesmas receitas por via do incremento do número de alunos.

O IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas) sobre o resultado (371,84€) decorreu da aplicação de uma taxa de tributação autónoma sobre algumas despesas.

6. Proposta para aplicação dos resultados

Dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 69.º e à alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código Cooperativo, a Direção propõe que o resultado líquido do exercício seja aplicado na sua totalidade na rubrica de Resultados Transitados.

Lisboa, 25 de março de 2019

A Direção

Ana Júlia Pinto
(presidente)

Mónica Silva
(tesoureiro)

Paulo Gomes (vogal)

Patrícia Mónico (vogal)

Patrícia Gomes (vogal)

João Peixoto (vogal)



COOPERATIVA DE ENSINO DE BENFICA, C.R.L.

CEBE - Cooperativa de ensino de Benfica, CRL
BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

Montantes expressos em EURO				
CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
			2018	2017
	ACTIVO			
	Activo não corrente:			
43+453+455	Activos fixos tangíveis	5.2	31.236,17	45.012,10
41+451+455	Investimentos financeiros	6	2.214,71	1.527,23
			33.450,88	46.539,33
	Activo corrente:			
32+33+34+35+36+39	Inventários	7.2	4.032,34	4.007,45
211+212-219	Clientes	11.2	53.439,55	43.125,49
24	Estado e outros entes públicos	12.1	7.402,91	10.263,38
281	Diferimentos	12.6	6.850,19	6.533,59
14+228-229+23+26+2713+2721+278-279	Outros activos correntes	12.5	15.713,62	14.963,24
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4.1	93.426,38	121.232,03
			180.864,99	200.125,18
	Total do Activo		214.315,87	246.664,51
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Capital próprio:			
51	Capital subscrito	11.3	24.610,87	23.760,87
55	Reservas legais	11.4	12.832,24	12.832,24
55	Outras reservas		98.927,36	98.927,36
56	Resultados transitados		(53.534,41)	(26.602,28)
818	Resultado líquido do período		(5.475,24)	(26.932,13)
	Total do capital próprio		77.360,82	81.986,06
	Passivo			
	Passivo não corrente:			
	Passivo corrente:			
221+222+225-229	Fornecedores	11.2	10.501,53	13.375,92
24	Estado e outros entes públicos	12.1	15.902,19	16.437,46
282	Diferimentos	12.6	34.579,50	37.297,65
218+23+25+26+2711+2712+2722+276+278	Outros passivos correntes	12.5	75.971,83	97.567,42
			136.955,05	164.678,45
	Total do passivo		136.955,05	164.678,45
	Total do Capital Próprio e do Passivo		214.315,87	246.664,51

A Direção

O Contabilista Certificado

(Presidente – Ana Júlia Pinto)

(Ricardo Silva CC n.º 22 241)

(Tesoureiro – Mónica Silva)

(Secretário – Filipe Azevedo)

(Vogal – Filipa Mendes)

(Vogal – Patrícia Gomes)

(Vogal – Paulo Gomes)

(Vogal – Patrícia Mónico)

(Vogal – Maria Eleonora Silva)

(Vogal – João Peixoto)

CEBE - Cooperativa de ensino de Benfica, CRL

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

Montantes expressos em EURO

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
				2018	2017
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	8.2	781.695,80	785.947,59
-61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1	7.2	(5.337,85)	(6.282,12)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	12.2	(227.323,96)	(241.383,99)
-63	Gastos com o pessoal	-	12.4	(537.950,43)	(537.023,47)
-65+762	Imparidades de dividas a receber (perdas/reversões)	-		(1.549,50)	(14.093,66)
+78	Outros rendimentos	-	12.3	4.907,05	3.870,27
-68	Outros gastos	-	12.2	(5.265,16)	(3.511,46)
	Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		9.175,95	(12.476,84)
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5.2	(13.775,93)	(14.724,06)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(4.599,98)	(27.200,90)
+79	Juros e rendimentos similares obtidos	-			732,00
-69	Juros e rendimentos similares suportados	-		(503,42)	(2,02)
	Resultado antes de impostos	=		(5.103,40)	(26.470,92)
812	Imposto sobre o rendimento do período	-/+	10.2	371,84	461,21
	Resultado líquido do período	=		(5.475,24)	(26.932,13)

A Direção

O Contabilista Certificado

(Presidente – Ana Júlia Pinto)

(Ricardo Silva CC n.º 22 241)

(Tesoureiro – Mónica Silva)

(Secretário – Filipe Azevedo)

(Vogal – Filipa Mendes)

(Vogal – Patrícia Gomes)

(Vogal – Paulo Gomes)

(Vogal – Patrícia Mónico)

(Vogal – Maria Eleonora Silva)

(Vogal – João Peixoto)

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da entidade

A entidade **CEBE – Cooperativa de Ensino de Benfica, CRL**, é uma sociedade cooperativa, tem por objeto o ensino pré-escolar (CAE 85100 rev3). Está sediada na Estrada de Benfica, n.º 356, 1500-090 Lisboa, com o capital social de € 24.610,87 Euros. Encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoal coletiva 500 330 158.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho;
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho
- Aviso n.º 8256, de 29 de julho;
- Aviso n.º 8258, de 29 de julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade euro (€).

2.3 Indicação e comentários das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais políticas contabilísticas previstas são as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos.

As despesas de manutenção e reparação que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas

O ganho ou perda que é verificado na alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado com base na diferença entre o justo valor do montante recebido e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate.

b) Investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

c) Locações

A Classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são

classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o “FIFO” como critério de valorimetria). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de conversão (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico) ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. Nos casos em que o valor realizável líquido é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade. A imputação de gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normas das instalações. (No caso de se utilizar custos padrões, referir).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

Instrumentos financeiros

i) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

f) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando:

- (i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- (ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado da posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- (iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurado,
- (iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e,
- (v) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestações de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método da percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuados, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração de resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

h) Imparidade de Ativos

No período em causa a entidade verificou que não existia nenhum indício de que um ativo poderia estar em imparidade, assim, não foi reconhecida nenhuma perda por imparidade.

i) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (período de cinco anos para a Segurança Social).

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos 2010 e 2011, estes são suscetíveis de dedução pela sua totalidade aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Relativamente aos prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de Janeiro de 2012 e até 31 de dezembro de 2013, o prazo de reporte é de 5 anos, e desde 1 de Janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de Janeiro de 2012, encontra-se limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 17% para os primeiros 15.000€ da matéria coletável e 23% para a matéria coletável para o remanescente de salientar que para o uso da taxa de 17% a sociedade deve estar certificada pelo IAPMEI como PME, no que respeita à comprovação de PME, as entidades que obtenham essa comprovação através da existência de Certificação emitida pelo IAPMEI, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, detêm prova bastante para efeitos da usufruição da taxa prevista no n.º 2 do artigo 87.º do CIRC.

As entidades que não sejam detentoras dessa Certificação devem fazer a prova dos pressupostos de que depende o benefício, nomeadamente que cumprem o disposto nos artigos 4.º, 5.º e 6.º que constam do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, bem como o previsto no n.º 5 do artigo 3.º no que se refere à respetiva qualificação como empresa autónoma, parceira ou associada. À taxa geral acresce 1,50% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 70%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Impostos sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

j) Benefício dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Apesar de nos últimos períodos a Empresa ter vindo a atribuir gratificações e uma participação nos lucros aos trabalhadores, diretores e gerentes, não existe, apesar disso, uma obrigação construtiva nem uma fórmula objetiva que permita quantificar quer o montante global quer a sua distribuição pelos empregados. No entanto, tem-se constatado que a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração, designadamente no que respeita aos benefícios dos empregados, tem sido aprovada sem alterações pela Assembleia Geral, pelo que, na disponibilidade desta à data de elaboração das demonstrações financeiras, o respetivo valor é reconhecido à data do balanço como um benefício dos empregados e, consequentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Gerência da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Caixa e Depósitos Bancários

As quantias apresentadas em Caixa e Depósitos Bancários à data de Balanço encontram-se totalmente disponíveis para uso.

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2018			31.12.2017		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.047,61		1.047,61	5.317,33		5.317,33
	Subtotais	1.047,61		1.047,61	5.317,33		5.317,33
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	92.378,77		92.378,77	115.914,70		115.914,70
	Outros depósitos bancários						
	Subtotais	92.378,77		92.378,77	115.914,70		115.914,70
Totais		93.426,38		93.426,38	121.232,03		121.232,03

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, não tendo sido detetados erros materialmente relevantes.

Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Divulgação sobre ativos fixos tangíveis:

a) Base de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida a útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios			
Vidas úteis		10 a 20	5 a 8	1 a 8	4 a 8

5.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
		Edifícios				
Em 01.01.2017	Quantias brutas escrituradas	171.571,54	55.742,01	76.807,06	25.553,79	329.674,40
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(130.148,45)	(54.539,57)	(71.203,94)	(14.927,39)	(270.819,35)
	Quantias líquidas escrituradas	41.423,09	1.202,44	5.603,12	10.626,40	58.855,05
Adições				881,11		881,11
Outras alterações						
Depreciações		(10.355,77)	(195,95)	(1.936,13)	(2.236,21)	(14.724,06)
Em 31.12.2017 (01.01.2018)	Quantias brutas escrituradas	171.571,54	55.742,01	77.688,17	25.553,79	330.555,51
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(140.504,22)	(54.735,52)	(73.140,07)	(17.163,60)	(285.543,41)
	Quantias líquidas escrituradas	31.067,32	1.006,49	4.548,10	8.390,19	45.012,10
Adições						
Depreciações		(10.355,77)	(212,46)	(1.022,38)	(2.185,32)	(13.775,93)
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	171.571,54	55.742,01	77.688,17	25.553,79	330.555,51
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(150.859,99)	(54.947,98)	(74.162,45)	(19.348,92)	(299.319,34)
	Quantias líquidas escrituradas	20.711,55	794,03	3.525,72	6.204,87	31.236,17

6. Investimentos Financeiros

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, apenas ocorreram alterações em Outros Investimentos Financeiros devido ao Fundo de Compensação do Trabalho.

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros		Período 2018			Período 2017		
		Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Método do Custo	Lisgarante	500		500	500		500
	Outros Investimentos	1.715		1.715	1.027		1.027
	Subtotais	2.215		2.215	1.527		1.527
Totais		2.215		2.215	1.527		1.527

7. Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os Inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço da compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

7.2 Quantia de inventário reconhecida como um gasto durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2018			2017		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do CVVMC	Inventários no começo do período	+	4.007,45		4.007,45	2.772,27		2.772,27
	Compras	+	5.446,93		5.446,93	8.001,30		8.001,30
	Perdas por quebras	-	(84,19)		(84,19)	(484,00)		(484,00)
	Inventários no fim do período	-	(4.032,34)		(4.032,34)	(4.007,45)		(4.007,45)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=	5.337,85	5.337,85	6.282,12		6.282,12

8. Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os créditos de acordo com os seguintes critérios:

- (i) **Vendas** – são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- (ii) **Prestações de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência á fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- (iii) **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2018			2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	7.510,85	0,96%	10,62%	6.789,95	0,86%	(22,70%)
Prestação de serviços	774.184,95	99,04%	(0,64%)	779.157,64	99,14%	0,60%
Totais	781.695,80	100,00%	(0,54%)	785.947,59	100,00%	0,34%

A totalidade dos réditos foi obtida no mercado interno.

9. Acontecimentos após a data do balanço

9.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 25 de março de 2019. No entanto, os sócios poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

9.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10. Impostos sobre o rendimento

10.1 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O Imposto corrente e imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os itens debitados/creditados ao capital próprio foram como segue:

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		2018			2017		
		Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	1						
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	371,84	371,84	461,21		461,21
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	3					
	Imposto sobre o rendimento do período	4 = 2 + 3	371,84	371,84	461,21		461,21
Totais		5 = 1 + 4	371,84	371,84	461,21		461,21

10.2 Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos			2018			2017		
			Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período	(5.475,24)			(26.932,13)		
		Gastos/(rendimentos) de impostos	371,84			461,21		
		Resultado antes de impostos	(5.103,40)	17,00%	(867,58)	(26.470,92)	17,00%	(4.500,06)
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	285,50			12.113,09		
Lucro/(Prejuízo fiscal)			(4.817,90)			(14.357,83)		
Dedução de perdas fiscais								
Matéria colectável / colecta			(4.817,90)			(14.357,83)		
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma	2.478,96	15,00%	371,84	3.074,75	15,00%	461,21
		Derrama						
		Tributação autónoma						
	Imposto corrente		(5.103,40)	(7,29%)	371,84	(26.470,92)	(1,74%)	461,21
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média			(5.103,40)	(7,29%)	371,84	(26.470,92)	(1,74%)	461,21

A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de impostos dividido pelo lucro contabilístico.

11. Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É Política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro

11.2 Clientes/Fornecedores e Outras Contas

(valores expressos em euros)

Rubrica	2018	2017
Clientes	53.439,55	34.896,70
Outras Contas a Receber	15.713,62	14.963,24
Devedores por acréscimo de rendimentos	8.175,45	8.432,80
Outros	7.538,17	6.530,44
Totais	84.866,79	64.823,18

Rubrica	2018	2017
Fornecedores	10.501,53	13.375,92
Outras Contas a Pagar	75.971,83	97.567,42
Credores por acréscimos de gastos	75.617,16	71.069,70
Fornecedores de imobilizado		0,00
Outros	354,67	26.497,72
Totais	86.473,36	110.943,34

11.3 Montante de Capital Social

A 31 de dezembro de 2018 a Empresa detinha um capital social de 24.610,87 euros, encontrando-se totalmente realizado.

11.4 Reservas Legais

De acordo com a legislação comercial em vigor, no mínimo 5% do resultado líquido anual quando positivo deverá ser atribuído a Reservas Legais até ao máximo de 20% do Capital Social.

Esta Reserva não poderá ser distribuída a não ser em caso de liquidação da sociedade, mas poderá ser usada para absorver prejuízos de pois de esgotadas todas as outras Reservas, ou então, poderá também ser incorporada no Capital Social.

A 31 de dezembro de 2018 a Empresa detinha em Reservas Legais o valor de 12.832,24 euros.

12. Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

Detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

(valores expressos em euros)

Rubricas	2018	2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	7.402,91	10.263,38
Pagamentos Especial por conta	7.402,91	10.080,38
Retenções na fonte	0,00	183,00
Total Activo	7.402,91	10.263,38
Retenção na Fonte	5.472,23	5.815,67
Contribuições para a Segurança Social	5.775,93	5.814,33
Caixa Geral de Aposentações	4.213,87	4.213,97
Fundo Compensação de Trabalho	68,32	132,28
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	371,84	461,21
Total Passivo	15.902,19	16.437,46

12.2 Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos e Perdas

Detalhe da rubrica de “F.S.E.” e “Outros Gastos e Perdas” em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

(valores expressos em euros)

Rubricas	2018	2017
Fornecimentos e Serviços Externos:	227.323,96	241.383,99
Serviços Especializados	102.915,22	101.755,33
Materiais	6.619,78	10.274,78
Energia e Fluidos	12.148,61	16.468,29
Deslocações e Estadas	119,40	177,40
Serviços Diversos	105.520,95	112.708,19
Outros Gastos e Perdas:	5.265,16	3.511,46
Impostos	7,74	6,45
Perdas em Inventários	0,00	484,00
Outros	5.257,42	3.021,01
Total Gastos Operacionais	232.589,12	244.895,45

12.3 Outros Rendimentos e Ganhos

Detalhe da rubrica de "Rendimentos e Ganhos" em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

(valores expressos em euros)

Rubricas	2018	2017
Outros	4.907,05	3.870,27
Rendimentos investimentos financeiros	0,00	5,06
Outros não especificados	4.907,05	3.865,21
Total Outros Rendimentos e Ganhos	4.907,05	3.870,27

12.4 Benefícios dos Empregados

Durante o exercício de 2018 a entidade teve, em média, 28 trabalhadores ao serviço.

Os gastos com pessoal foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações do pessoal	438.992,45	431.455,64
Encargos sobre Remunerações do pessoal	92.333,70	99.415,35
Indemnizações	1.194,46	598,14
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.154,32	3.138,27
Outros gastos	1.275,50	2.416,07
Total	537.950,43	537.023,47

12.5 Outros saldos correntes

Detalhe das rubricas de “Outros Activos Correntes” e “outros passivos Correntes” em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

	(valores expressos em euros)	
Rubricas	2018	2017
Outros activos correntes		
Acréscimo de proveitos - refeições	7.980,40	8.432,80
Vários	7.733,22	6.530,44
Total Activo	15.713,62	14.963,24
Outros passivos correntes		
Acréscimo de custos - remunerações	73.377,68	69.847,96
Acréscimo de custos - honorários	1.655,48	632,00
DREL - comparticipação	0,00	12.264,87
Outros	938,67	14.822,59
Total Passivo	75.971,83	97.567,42

12.6 Diferimentos

A sociedade tem na rubrica de Diferimentos os seguintes montantes:

- Diferimentos (Activo): 6.850,19 Euros, relativamente a seguros e outros custos diferidos;
- Diferimentos (Passivo): 34.579,50 Euros, relativamente à mensalidades de julho e agosto do ano de 2019.

Lisboa, 21 de março de 2019

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Presidente – Ana Júlia Pinto)

(Ricardo Silva CC n.º 22 241)

(Tesoureiro – Mónica Silva)

(Secretário – Filipe Azevedo)

(Vogal – Filipa Mendes)

(Vogal – Patrícia Gomes)

(Vogal – Paulo Gomes)

(Vogal – Patrícia Mónico)

(Vogal – Maria Eleonora Silva)

(Vogal – João Peixoto)